



ST10. EPISTEMOLOGIA, HISTORIOGRAFIA & LINGUAGENS

618

DEMOCRACIA E AUTORITARISMO NO BRASIL: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO?

Wesley Rangel Brasileiro dos Santos¹

Resumo: Em fins do século XIX o Brasil começou a experimentar um modelo de governo que trataria a “coisa pública” como um bem do povo e para o povo, fase inicial do *republicanismo*, sistema de governo em que o chefe de Estado é escolhido, eleito pela maioria dos cidadãos, prevalece à vontade geral. Essa mesma vontade que dá garantias ao modelo democrático de país com vista ao seu desenvolvimento. No Brasil nunca se compreendeu bem a idéia de democracia, segundo Sérgio Buarque, aqui a democracia sempre foi um mal entendido. Somente no século XX o Brasil conviveu com duas fortes ditaduras: o Estado Novo e o Regime Militar. Dessa forma, em certos momentos há o risco e a pretensão de tornar a democracia um brinquedo político de grupos ‘influentes’ culminando no autoritarismo político. Dialogando com alguns teóricos, esse artigo tem como objetivo propor uma discussão do processo democrático e autoritário no Brasil ao longo do século XX e, se podem ser considerados caminhos para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Brasil. Republicanismo. Estado Novo. Desenvolvimento.

UMA (RE)LEITURA DO CONTEXTO HISTÓRICO

Quando falamos de República, no sentido original da palavra latina *Res publica*, “coisa pública”, dizemos que é uma forma de governo em que o chefe de Estado é escolhido, eleito pela maioria dos cidadãos, prevalece a vontade geral “O exercício da vontade geral através de representantes significa uma sobreposição de vontades” (Nascimento, 2002)². O risco que se corre é interpretar as vontades como caminhos para autoritarismos e ditaduras.

Antes de adentrar propriamente nas maiores ditaduras presentes no Brasil no século XX, gostaria de recorrer a um recorte temporal do período inicial do sistema

¹ Discente do curso em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

² WEFFORT, Francisco C. (Org.) et alii. *Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2002, v.1.

republicano na sociedade brasileira. Evocando *Raízes do Brasil*, Candido afirma “Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar” (1995, p.09). A proclamação da República no Brasil se deu por dois grupos que manifestavam interesses na condução dos Estados Unidos do Brasil: os partidos regionais e os militares. Os primeiros, com destaque para os grupos paulistas, compreendiam que o governo da república deveria está menos centralizado, já o segundo grupo formado pelos militares achavam que o país deveria está apoiado por um governo centralizador, mais autoritário, estavam mais preocupados com a unidade nacional. O modelo estadunidense foi de tal valia para os primeiros anos da república, principalmente na Constituição de 1891, um padrão de república federativa.

Em fins do século XIX e início do século XX se dizia muito que a economia do Brasil estava baseada na atividade agrícola, e não foi diferente da coisa prática, uma das marcas do primeiro período do Brasil republicano, ou a chamada República Velha, foi à atividade da exportação que esteve presente fortemente no setor econômico. O sistema de governo republicano trouxe consigo profundas transformações, a economia brasileira que até então concentrava as atenções para a comercialização de produtos agrícolas, já no início do século XX enfrentou um novo fenômeno, o *ciclo da borracha* no Norte do país. Inúmeras pessoas, famílias correram em busca de um trabalho, mas as conseqüências não foram o esperado para os trabalhadores, para necessidades urgentes, pois o muito ficou nas mãos de poucos e não demorou muito pra surgir uma das primeiras crises econômicas na república, veio à crise da borracha, por volta de 1910.

Nesse período havia muitas terras produtivas no país, como também extensas áreas que padeciam de fortes estiagens como era o caso do Nordeste, populações que ficaram a margem de todo o progresso que ocorria no Sul e Sudeste do país. Essas pessoas que por muito tempo foram empregadas nas mãos de grandes proprietários, entregues aos caprichos dos grandes senhores, muitas vezes tentaram se organizar em resposta as condições precárias que enfrentavam, algumas lideranças souberam capitanear grupos inconformados com as práticas republicanas, um episódio que merece destaque é o de Canudos ocorrido no interior da Bahia e liderado pela figura emblemática e urbana de Antônio Conselheiro, os fanáticos que ali se faziam presentes estavam obstinados a lutar por uma causa e tiveram em Conselheiro a voz tonante dos grandes conflitos contra as forças republicanas.

Não resta dúvida que as estratégias de resistência abrangiam suas diversas realidades, “Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (Certeau, 1998). Foi uma ação que poderia ter sido bem tratada pelo governo republicano, mas ao contrário, o movimento foi duramente dizimado e Canudos foi “apagada” do mapa, mas não da memória da história.

Até que ponto se tolera as indiferenças, o contraditório, as opiniões inversas? Conviver com o paradoxo parece ser indigesto para os que dizem acreditar na democracia?

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (Trecho de “*Os Sertões*” Euclides da Cunha)³.

Então, parece que os primeiros suspiros do republicanismo foram marcados por fissuras em tolerar os ‘insurgentes’, incapazes de dialogar com as classes menos favorecidas – uma concepção bem marxista para se falar de classe –, mas o que vale é o crescimento e o progresso do país, e o Brasil nessa época estava vivendo seu desenvolvimento urbanístico aceleradamente com a construção de grandes avenidas mesmo que custasse o sacrifício de muitas pessoas e famílias pobres. Portanto, “É preciso escolher uma definição precisa sobre democracia e fugir a tentação de presumir que ‘democracia consiste na confluência de todas as coisas boas, tal como se fez, analogamente, com o conceito de socialismo nos anos 1960 e 1970’”. (ZAVERRUCHA, 2009)⁴. O que não pode é pensar que democracia é agir como eu quero e como eu acho que deve ser usando a ‘lei’ e a ‘moral’ como justificativas de repressão e construção da *ordem e do progresso*.

O Brasil em sua prática de republicanismo sobreviveu nos primeiros anos do século mergulhado em profundas transições de grupos políticos interessados em comandar os destinos do país, sejam pelos militares, tenentistas, sejam pelos grupos de inspiração comunista. Foi um período da forte presença dos imigrantes, vindo de diversas partes do mundo, principalmente da Europa, o Brasil ‘abriu’ os braços para recebê-los. Na verdade, a política brasileira estava muito preocupada em arregimentar uma nova força de trabalho para os cafezais de São Paulo, para o leite de Minas ou as uvas gaúchas, como em outras partes do território brasileiro que não contava mais com a mão de obra escrava que teve seu fim em 1888 com o “decreto da Lei Áurea”. Esses grupos políticos se invertiam no cenário brasileiro, Minas e São Paulo eram os protagonistas dos rumos aqui no Brasil, era a *República do Café com Leite* que durou até o fim da República Velha, mas é claro, não se pode esquecer também do Rio Grande do Sul, que exerceu grande influência na indicação dos seus candidatos. Uma democracia feita de interesses, acordos políticos, independente do bem estar da sociedade. Por outro lado, a crise econômica apertando e sufocando as ‘veias’ do Brasil.

Para as eleições de 30 houve uma quebra na aliança entre Minas e São Paulo, os mineiros apoiaram o Rio Grande do Sul na indicação de um candidato, seria Getúlio Vargas. Esta aliança correspondia a muitos interesses, muitos outros estados, inclusive o Nordeste, tinham interesse nessa união, a chamada Aliança Liberal. Mas Getúlio foi derrotado nas urnas para o então Júlio Prestes. Os liberais não aceitaram tal resultado, questionavam e declararam a possibilidade de fraude no resultado. A crise mais uma vez

³ Fragmento extraído: FAUSTO, Bóris. **História do Brasil: República Velha**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XuiF0uzp22E>>. Acesso em: 07 de junho 2013.

⁴ FREITAS, Liliann R. P. & SANTOS, Gilbergues. Democracia X Desenvolvimento – um falso dilema? Cultura política e qualidade democrática no Brasil. In: Santos, Eliete. Diálogo entre saberes: desafios e intermediações possíveis. Recife: Ed. Dos Organizadores, 2009.

estava instalada, a democracia dava aspectos de um falso dilema, as urnas estavam ameaçadas por joguetes políticos, um ‘falso’ republicanismo prevalecia mediante a vontade de grupos políticos interessados em chegar ao Palácio do Catete.

Quando enfim Vargas assumiu o governo da república, suas medidas foram marcadas por um estilo centralizador, modernizador e com alguns traços autoritários. Getúlio enfrentou situações de conflitos internos no início do seu governo, os tenentistas que antes tinham apoiado a revolução, agora entravam em combate político com o governo de Vargas, apesar de que essas forças revolucionárias não obtiveram muito êxito e logo foram disseminadas. Os primeiros indícios que o estilo autoritário de Getúlio estava por vir foram logo vistos na repressão que fez em 1932 perante as forças revolucionárias paulistas lideradas pelas elites, elas estavam insatisfeitas com a forma que Vargas conduzia os rumos do Brasil. Mas é óbvio que não durou muito para isso acontecer, veio o golpe. Vejamos:

Na manhã de 10 de novembro de 1937, o jornalista e escritor Joel Silveira, então um jovem estudante de direito no Rio de Janeiro, encontrou os portões de ferro do prédio da faculdade trancados. “Getúlio deu um golpe”, disse-lhe um outro colega. “Ele fechou a Câmara e o Senado. Hoje não tem aula”. (LEVINE, 2001, p.81).

Este fragmento no ajuda a compreender como se deram as últimas horas que antecederam o golpe que mudaria de vez o cenário da república no Brasil. Começava uma nova fase denominada de *Estado Novo*, onde foi suprimida a liberdade partidária, a independência entre os três poderes e o próprio federalismo no país, Vargas fechou o Congresso Nacional e criou o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Os prefeitos passaram a ser nomeados pelos governadores, uma espécie de interventores que eram também nomeados pelo próprio presidente.

A Era Vargas é um recorte primordial quando se quer falar sobre o conceito de democracia. Se não, vejamos. Como falar em democracia no Estado Novo quando o governo utilizou um instrumento como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial do chefe de Estado? Era um órgão que abrangia toda e qualquer manifestação cultural, além de diariamente projetar as palavras do próprio presidente em cadeia nacional de rádio, com o objetivo de mostrar para os brasileiros que não se desesperassem porque o país estava melhorando, um país que os trabalhadores deviam ter orgulho de ter Getúlio como presidente e ‘Pai dos Pobres’.

É contraditório falar de democracia num estado de política totalitária e ainda mais nesse período em que Vargas e toda sua administração foram marcadas por uma oscilação sem medidas, ele entra no cenário político com estilo populista, empreende uma política ditatorial, desintegra os partidos, demonstra admiração ao fascismo de Mussolini, em 1941 envia um telegrama a Hitler com “os melhores votos de felicidade pessoal e de prosperidade para a nação alemã” e, dias que antecedem o fim da Segunda Guerra aderiu politicamente aos Estados Unidos como resposta para a política da ‘boa vizinhança’.

O mais sensato é compreender que existe um Brasil antes de Vargas, durante Vargas e pós Vargas caracterizado por um falso dilema de democracia, pois ela praticamente não existiu no conceito que entendemos de democracia. Se bem, que essa própria democracia, em 1951, traz Getúlio de volta a presidência da república, como se disse na época: “Nos braços do povo”. Mas só duraram quatro anos praticamente, as pressões sobre Getúlio eram enormes, a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda foi mais um dos estopins para a renúncia de Vargas. E ela veio, acompanhada do suicídio do presidente Getúlio Vargas como afirma Levine “Sentado na cama e tendo a pistola na mão direita, desferiu um tiro no coração às 8h41” (2001, p.130). As inúmeras manifestações estavam presentes nas ruas e o povo reagiu com violência quando soube da morte de Vargas.

Café Filho, Juscelino, Jânio e João Goulart anteciparam os longos 21 anos de governos militares. O Brasil enfrentou mais um episódio ditatorial, o *Regime Militar*. Um período que para muitos pesquisadores é classificado como os *anos de chumbo*, os militares subiram na plataforma do poder.

Em 1961, o país entrou em profunda crise política. A renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart causaram um clamoroso espanto aos olhos capitalistas. Era tudo que os interesses da classe conservadora apoiada e financiada pelos Estados Unidos não queria. Um ‘novo’ Getúlio, um populismo desenfreado, uma ‘nova’ China na América Latina. De jeito nenhum. Havia uma rejeição dos conservadores em relação ao nome de Jango, uma radicalização das direitas. Era a época da Guerra Fria, da bipolarização, ou você estava do lado dos capitalistas ou dos comunistas, não havia outra opção. Uma espécie de divisão bipolar entre o mundo ‘azul’ e ‘vermelho’, por isso que a figura de João Goulart representava uma forte ameaça para as pretensões capitalistas ocidentais, principalmente as medidas adotadas pelo presidente estadunidense John Kennedy.

Mês antes do golpe de 31 de março, Lincoln Gordon, embaixador norte-americano, previa a intervenção militar brasileira diante da gestão de João Goulart, manter uma perspectiva de eleição em 1965 e a instalação de um sucessor em 1966. Jango mantinha uma postura ambígua, ora tentando implantar uma política moderada, ora uma política de mobilização populista. É no período de seu governo que se identifica os maiores casos de movimentos grevistas envolvendo várias categorias sócio-profissionais. Dessa forma, alguns setores entendiam que era o momento de interromper o governo populista de João Goulart, evitar as reformas sindicalistas com vistas a uma política socialista e consequentemente comunista.

Com a chegada dos militares no governo em 1964, a promessa seria que o país deveria passar por uma profunda reestruturação política, mas essa reestruturação não se daria por intermédio do Congresso, era necessário tomar medidas a partir do poder Executivo, dessa maneira os militares no governo decidiram baixar o Ato Institucional (AI-1) e colocaram o Congresso em recesso por tempo ilimitado. Partidos foram extintos, pessoas suspeitas de subversão foram cassadas, presas e torturadas a partir dos Atos Institucionais, a linha dura dos generais estavam convictos de que qualquer sinal de luta por democracia poderia ameaçar a ordem e o progresso do país, qualquer tipo de manifestação era ligeiramente reprimido. Assim, a ditadura seria a melhor resposta para

uma reestruturação da nação brasileira, um momento incerto, ao mesmo tempo, se falava muito em ordem, disciplina e o que se percebia nas ruas era um desejo de mudança, de transformação da política como já vinha ocorrendo na França e na Inglaterra nos anos 60.

Os Atos Institucionais implantados pela ditadura militar configuraram-se em mecanismos de repressão a qualquer tipo de manifestação pública contra o governo, muitos jovens com sonhos de democracia desapareceram nos porões do ‘progresso’ militar ou nos ‘oceanos’ do orgulho dos grandes Marechais. Não é tão fácil falar de democracia quando se tem seus direitos extintos e ‘apagados’ do cenário histórico. Isso me faz lembrar uma frase de Eric Hobsbawm na sua obra *A Era dos Impérios* “Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam “imperadores”, ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título” (2003, p.88).

Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo protagonizaram no Brasil um período de saneamento da economia e do “milagre econômico”, mas ao mesmo tempo, uma forte dependência do capital financeiro externo. A abertura econômica, os atos institucionais, repressão, ‘democracia’ e desenvolvimento marcaram o regime militar, somados as reivindicações, passeatas e inconformismos dos que acreditavam em um país mais justo e democrático. Como acerta Putnam (2002) “A democracia e os governos funcionam mais e melhor onde um alto nível de engajamento cívico se faz presente através da participação das pessoas nas chamadas organizações horizontais – associações de bairro, organizações políticas e/ou sindicais, clubes, entidades, etc [...]”⁵.

O século XX no Brasil se configurou assim, onde muitos governantes se autodenominavam senhores da história, verdadeiros ‘libertadores’ do povo oprimido, ‘pai’ dos pobres, ou, ‘imperadores’ que governaram os destinos desse nosso país com linha dura tomando como exemplo a política totalitarista. Tanto o *Estado Novo* como o *Golpe de 64* traduziram resquícios dos regimes totalitários. Regimes marcados pelo nacionalismo, militarismo, anti-democracia, anti-liberalismo e anti-marxismo. Sistemas de governos aplicados em países em que o Estado exerce papel primordial no controle da nação, quase sempre esse controle é exercido por uma única pessoa, facção ou grupo político, onde não se reconhece os limites para a prática de tal autoridade. Numa das enfáticas frases de Benito Mussolini ele afirmava “Tudo para o Estado, nada contra o Estado, ninguém fora do Estado”. Daí o termo totalitarismo, a participação do Estado na vida do indivíduo é total. Por isso, é preciso ter cuidado com falsos dilemas, não dá para fazer uma mistura de democracia, desenvolvimento e totalitarismo. São muitas coisas juntas para uma nação só, ou talvez, “Vivemos em uma espécie de zona cinzenta entre o autoritarismo e a democracia” (FREITAS, 2009). Melhor dizendo, um pouco de tudo o Brasil (sobre)viveu durante o século XX.

Nenhum governo pode ser considerado democrático se este poder não for emanado do povo, ou seja, da maioria da população adulta, como mencionam

⁵ FREITAS, Liliann R. P. & SANTOS, Gilbergues. Democracia X Desenvolvimento – um falso dilema? Cultura política e qualidade democrática no Brasil. In: Santos, Eliete. Diálogo entre saberes: desafios e intermediações possíveis. Recife: Ed. Dos Organizadores, 2009.

Mainwaring, Brinks e Liñán (2001, p.653) “Mas se um governo contemporâneo é eleito em disputas que excluem a maior parte da população adulta, ele viola o significado básico da democracia — o governo do povo”. As ditaduras no Brasil puseram em risco os direitos da pessoa e o livre exercício da democracia, “No entanto, se não existe respeito às liberdades civis fundamentais tradicionalmente associadas à democracia, um regime não pode ser democrático da maneira como entendemos esta palavra hoje” (MAINWARING; BRINKS; LIÑÁN, 2001, idem). Quem sabe, diante de tantos golpes e sucessivos governos, o povo brasileiro tenha assistido como diria Christopher Hill, “um mundo de ponta-cabeça” e, tenha compreendido que ainda há um longo caminho pela frente e que não há resultados satisfatórios em uma nação que aposte ao mesmo tempo na democracia e no autoritarismo como caminhos para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

FREITAS, Liliann R. P. & SANTOS, Gilbergues. Democracia X Desenvolvimento – um falso dilema? Cultura política e qualidade democrática no Brasil. In: Santos, Eliete. *Diálogo entre saberes: desafios e intermediações possíveis*. Recife: Ed. Dos Organizadores, 2009.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. 8ªed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; LIÑÁN, Aníbal Pérez. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº 4, 2001, pp. 645 a 687.

WEFFORT, Francisco C. (Org.) et alii. *Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2002, v.1.

SITE DA INTERNET

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil: República Velha**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XuiF0uzp22E>>. Acesso em: 07 de junho 2013.